



Panorama das Pensões da OCDE 2016

Sumário em Português

Os sistemas de pensões nos países da OCDE continuam a procurar solucionar os desafios colocados pelo envelhecimento da população, pela crise financeira e económica, bem como pela conjuntura económica de menor crescimento e de taxas de juro reduzidas. A presente edição do Panorama dá continuidade ao estudo da OCDE sobre o modo como os sistemas de pensões estão a reagir a estes desafios.

A natureza dos planos de pensões privados financiados está a mudar, as disposições em matéria de contribuição definida (CD) e de pensões pessoais estão a ganhar mais importância

Os desafios com que os sistemas de pensões se estão a confrontar conduziram a reformas que vieram aumentar a diversidade das disposições em matéria de pensões nos países da OCDE e a importância de disposições em que as prestações das pensões são suportadas por ativos, em especial as de contribuições definidas, em que as prestações das pensões estão associadas ao valor dos ativos acumulados. As disposições relativas às pensões de contribuição definida proporcionam uma ligação clara e direta entre contribuições e prestações, mas são as que colocam mais riscos (por exemplo, investimento e longevidade) aos indivíduos e os tornam mais responsáveis pela gestão da sua reforma.

Para compreender este cenário em mudança e distinguir entre as diferentes disposições em matéria de pensões, importa olhar para as características das mesmas: se são obrigatórias, a forma de financiamento das prestações, quem faz a gestão destas, o papel da entidade patronal, a ligação entre contribuições e prestações, e quem suporta os riscos.

O Panorama analisa, além disso, o contexto das políticas em que estas mudanças ocorrem, constatando que as mesmas estão alinhadas com as principais mensagens da OCDE quanto à diversificação das fontes de financiamento da reforma e ao papel complementar das pensões financiadas. O peso crescente das disposições relativas à CD torna imperativo o melhoramento da conceção das mesmas em conformidade com o Roteiro da OCDE para a Boa Conceção de Planos de Pensões de Contribuições Definidas. O que se segue é uma discussão de algumas dessas orientações de política.

Na maioria dos países da OCDE, o tratamento fiscal dado às poupanças para a reforma confere uma vantagem fiscal quando as pessoas poupam para a reforma

A maioria dos países tem um tratamento fiscal preferencial para as poupanças destinadas à reforma para incentivar as pessoas a pouparem para a sua reforma. O cálculo do montante que uma pessoa pouparia em impostos pagos através da contribuição para um plano de pensões privado em vez de aplicar o mesmo montante num veículo de poupança alternativo sugere que o tratamento fiscal dado às

poupanças para reforma proporciona efetivamente uma vantagem fiscal. No entanto, a extensão da vantagem fiscal global varia. Os subsídios fixos e as contribuições equivalentes podem ser utilizados para direcionar as vantagens fiscais para pessoas de fracos rendimentos ou para amenizar a vantagem fiscal em toda a escala de rendimentos. As vantagens fiscais podem incentivar as pessoas a pouparem durante períodos mais longos, mas não necessariamente a pouparem mais. Regras fiscais simples e claras podem aumentar a confiança das pessoas e ajudar a aumentar a participação das pessoas em planos de reforma privados, bem como as suas contribuições.

Os responsáveis pela elaboração das políticas devem assegurar às pessoas aconselhamento financeiro adequado para a sua reforma

São necessárias medidas para solucionar os conflitos de interesses dos consultores financeiros e para ajudar a garantir que os consumidores recebem aconselhamento financeiro para a reforma adequado às suas necessidades. No entanto, essas medidas podem potencialmente provocar uma lacuna no aconselhamento, reduzindo a disponibilidade e a acessibilidade financeira desse aconselhamento, designadamente para os consumidores que disponham de um montante reduzido a moderado para a sua reforma. O aconselhamento de base tecnológica tem potencial para aumentar a acessibilidade física e financeira ao aconselhamento, bem como para evitar a exploração de preconceitos por parte de quem faz o aconselhamento. No entanto, os responsáveis pela elaboração das políticas têm de assegurar a existência de regulamentação que assegure o fornecimento de um nível idêntico de proteção ao consumidor.

Os responsáveis pela elaboração das políticas devem garantir a sustentabilidade dos produtos de renda vitalícia e a sua adequação aos consumidores

Os produtos de renda vitalícia podem desempenhar um papel importante ajudando as pessoas a mitigar os riscos de investimento e de longevidade. No entanto, estes produtos e as garantias a eles associadas suscitam alguns desafios. A falta de consistência no que diz respeito ao significado de um produto de renda vitalícia e da terminologia utilizada para descrever os diferentes tipos de produto obriga à definição de uma linguagem comum. É necessário um quadro coerente para a reforma que integre e incentive a utilização de produtos de renda vitalícia. No entanto, a crescente complexidade dos produtos vem sublinhar a necessidade de aconselhamento financeiro adequado e de informações compreensíveis sobre os produtos de modo a garantir aos consumidores a compra de produtos que sejam adequados às suas necessidades. O quadro regulamentar deve criar ferramentas de gestão do risco, bem como os correspondentes incentivos, de modo a fomentar uma gestão correta do risco por parte das entidades que disponibilizam essas rendas vitalícias. As abordagens assentes em princípios são mais adequadas do que as fórmulas estáticas, dado que permitem adaptar as necessidades de capital às mudanças na conceção dos produtos, assegurando capital suficiente para apoiar a responsabilidade pelas rendas vitalícias e garantir a sustentabilidade das mesmas.

Uma educação financeira devidamente concebida pode melhorar os conhecimentos financeiros das pessoas, bem como as suas atitudes e aptidões para a reforma, e pode ajudar na tomada de decisões

A falta de literacia financeira suscita dificuldades sérias, uma vez que as pessoas são cada vez mais responsáveis pela gestão da riqueza de que dispõem para a sua própria reforma. Há que implementar iniciativas de educação financeira para o planeamento da reforma, tomando em consideração as circunstâncias do país e o grau de dificuldade no planeamento da reforma devido às características dos diferentes sistemas nacionais de pensões e à conjuntura financeira. Os governos e outras partes interessadas devem assegurar a disponibilização de informação relativamente aos sistemas de pensões, reformas das pensões e planos de pensões privados, e essa informação deve ser clara e não assoberbante para as pessoas. As informações sobre custos, desempenho, qualidade do serviço, alocação dos investimentos e níveis de risco devem ser comparáveis e uniformizadas. As informações

relativas a todos os planos de reforma de uma pessoa devem ser combinadas e os extratos das pensões devem ser complementados com sistemas de cálculo / simuladores que permitam maximizar o impacto da informação. Devem estar implementadas estratégias nacionais de educação financeira que garantam às pessoas a capacidade para adquirirem competências gerais na área financeira. Além disso, existem ferramentas práticas para os responsáveis pela elaboração de políticas, como uma matriz das necessidades em matéria de educação financeira e ferramentas de apoio à tomada de decisões sobre a reforma, bem como uma lista de verificação

A maioria dos países da OCDE tem vindo a proceder a um alinhamento dos seus sistemas de pensões para funcionários públicos com os dos trabalhadores do setor privado.

Em metade dos países da OCDE, as promessas sobre as futuras pensões dos funcionários públicos medidas em termos de taxas de substituição são 20% mais altas no caso de uma carreira completa do que as do setor privado. Tal inclui a Bélgica, França, Alemanha e Coreia do Sul, que mantêm sistemas de pensões separados por setor. Existem custos históricos noutra quarta dos países da OCDE que procederam ao alinhamento dos seus sistemas de pensões desde 1990. Um quadro de pensões integrado que abranja todos os trabalhadores de forma idêntica poderá produzir benefícios a vários níveis. Em termos de equidade, é difícil argumentar hoje que os funcionários públicos / trabalhadores do setor público necessitam de uma maior substituição de rendimentos na reforma do que os seus homólogos no setor privado. No que respeita à eficiência, são obtidas economias de escala significativas com a gestão de sistemas de pensões unificados, por exemplo, na cobrança de contribuições, manutenção de registos e pagamento de prestações. Além disso, a restrição da mobilidade laboral entre setores (por exemplo, períodos de carência ou portabilidade limitada) é ineficiente, introduzindo fatores de rigidez na gestão da carreira individual e restringindo a capacidade dos trabalhadores para se adaptarem a mudanças setoriais e a novas oportunidades de emprego. Um regime de pensões comum facilitaria essas escolhas e dinamizaria a mobilidade laboral.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE (OECD iLibrary)!

© OECD (2016), *OECD Pensions Outlook 2016*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/pens_outlook-2016-en